
***Ventos de Santo Afonso
Energias Renováveis S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curral Novo do Piauí, 26 de abril de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', is written over the printed name of the firm.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PI

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa', is written over the printed name of the accountant.

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7 "S" PI

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro****(Em reais)**

Ativo	2016	2015	Passivo e Patrimônio líquido	2016	2015
		Não auditado			Não auditado
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	14.971.538	798.774	Fornecedores	1.564.523	81.194
Tributos Compensáveis	60.712	198	Impostos a recolher	82.888	18.333
Adiantamentos a fornecedores	1.826.278			1.647.411	99.527
	<u>16.858.528</u>	<u>799.972</u>			
			Não circulante		
			Impostos a recolher	76.927	
				<u>76.927</u>	
Não circulante			Patrimônio Líquido (Nota 7)		
Imobilizado em construção (Nota 6)	37.608.491	8.893.001	Capital social	59.162.555	9.592.446
Intangível	13.778				
Intangível – Direito de exploração	6.406.096				
	<u>44.028.365</u>	<u>8.893.001</u>	Total do Patrimônio Líquido	<u>59.162.555</u>	<u>9.592.446</u>
			Total do Passivo	<u>60.886.893</u>	<u>9.691.973</u>
Total do Ativo	<u>60.886.893</u>	<u>9.691.973</u>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em reais)

	Capital Social	Total
	<u> </u>	<u> </u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015 (Não Auditado)	10.000	10.000
	<u> </u>	<u> </u>
Integralização de capital	9.582.446	9.582.446
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	<u>9.592.446</u>	<u>9.592.446</u>
	<u> </u>	<u> </u>
Integralização de capital	49.570.109	49.570.10 9
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>59.162.555</u>	<u>59.162.55 5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Demonstração de resultado

(Em reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2016	2015 (Não auditado)
Resultado financeiro		
Receitas com aplicações financeiras	423.923	5.296
Transferência para o ativo em construção	(423.923)	(5.296)
Despesas financeiras – pagamento BNDES	(227.152)	-
Outras despesas financeiras	(707)	(24)
Transferência para o ativo em construção	227.859	24
	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição social		
	-	-
Imposto de renda - corrente	(88.436)	(794)
Transferência para o ativo em construção	88.436	794
Contribuição social - corrente	(38.169)	(477)
Transferência para o ativo em construção	38.169	477
	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.**Demonstração de fluxo de caixa**

(Em reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2016	2015 (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-
Variações em		
(Aumento)/redução em outros ativos	(1.826.278)	-
(Aumento)/redução em tributos compensáveis	(60.514)	(198)
(Aumento)/redução em fornecedores	1.483.329	81.194
(Aumento)/redução em tributos a recolher	141.482	18.333
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(261.981)	99.329
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(24.965.255)	(8.893.001)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(24.965.255)	(8.893.001)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aportes de capital	39.400.000	9.591.356
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	14.434.745	698.355
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	14.172.764	797.684
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	798.774	1.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.971.538	798.774

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, foi constituída em 22 de dezembro de 2011. Tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de Projetos Eólicos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2017.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações fiscais e créditos com pessoas ligadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado em curso

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

Os itens do imobilizado em curso são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos em construção inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

A depreciação será calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo.

Considerando que a empresa se encontra em fase pré-operacional nenhuma depreciação foi contabilizada.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não serão depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor a receber sobre condições que não seriam consideradas em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

perda por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não identificou evidências de perdas que resultem em "impairment".

e. **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras referem-se basicamente às tarifas bancárias. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e demais juros recebidos, quando aplicáveis.

f. **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

g. **Novas normas ainda não adotadas**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros.

. **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas entende que não trarão impactos significativos.

. **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas entende que não trarão impactos significativos uma vez que não possuem contratos de arrendamentos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo

4 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira. A Companhia está sujeita ao risco de crédito de seus fornecedores até a entrega dos benefícios esperados.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2016.

Instrumentos financeiros e depósitos bancários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iv) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

5 Caixas e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		Não auditado
Caixa e depósitos bancários a vista	<u>2.154</u>	<u>798.774</u>
Aplicações bancárias	<u>14.969.384</u>	<u>—</u>
	<u>14.971.538</u>	<u>798.774</u>

6 Imobilizado em construção

Referem-se aos gastos de implantação do parque eólico, principalmente com aquisição de equipamentos e construção de torres para aerogeradores. A operação comercial está prevista para iniciar-se em 2017. O imobilizado em construção está assim constituído:

Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.

	2016	2015 Não auditado
Terrenos	69.060	-
Edificações e obras civis	5.978.710	-
Máquinas e equipamentos	28.919.593	8.607.405
Outros gastos a ratear	2.641.129	285.596
	<u>37.608.492</u>	<u>8.893.001</u>

7 Patrimônio líquido

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 59.162.555 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 9.592.446 em 31 de dezembro de 2015) e está representado por 59.162.555 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Aumento de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi integralizado o valor de R\$ 49.570.109 (R\$ 9.592.446 em 31 de dezembro de 2015), sendo, R\$ 39.400.000 em espécie e R\$ 10.170.109 com aporte de ativos.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

8 Imposto de renda e contribuição social

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

9 Provisões para demandas judiciais

A Companhia não é parte envolvida em processos judiciais ou extras judiciais.